

A FUNDAÇÃO DO MERCOSUL E OS ARQUIVOS DA “TRADIÇÃO SELETIVA” DA TERCEIRA ÉPOCA DOS *CUADERNOS DE MARCHA* (1991-1994)

THE MERCOSUR FOUNDATION AND THE “SELECTIVE TRADITION” ARCHIVES OF *CUADERNOS DE MARCHA* THIRD SERIES (1991-1994)

Cristiano Pinheiro de Paula Couto¹

RESUMO: Tenciona-se, neste artigo, analisar o universo discursivo produzido sobre o MERCOSUL na terceira época dos *Cuadernos de Marcha* (CM), publicação político-cultural editada no Uruguai de 1985 a 2001. A análise, entretanto, deverá estar circunscrita, particularmente, ao período que medeia os anos de 1991 e de 1994, quando foram acordados entre os governos do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai o Tratado de Assunção e o Protocolo de Ouro Preto, respectivamente, assinalando a criação do MERCOSUL e a posterior formalização de sua estrutura institucional. Considerando o imaginário cultural, o conjunto de práticas e o *ethos* que concorreram no aparecimento e no itinerário dessa publicação, pretende-se investigar, especificamente, o modo como certas tópicas do ensaísmo uruguaio e latino-americano repercutiram na “prosa de ideias” expressa nas páginas dos CM ao longo desse período. Objetiva-se, ainda, identificar em que medida a produção crítica da formação intelectual reunida na última época dos CM foi irrigada pelo sistema conceitual armazenado nos arquivos da “tradição seletiva” dessa publicação. No contexto da saturação da Guerra Fria, do colapso da União Soviética e da emergência das escatologias liberais, com seu milenarismo laico manifesto na radical pregação sobre o “fim da História”, como esse sistema conceitual informou a produção crítica dos CM sobre o surgimento do MERCOSUL, sobre o novo quadro geoestratégico Sul-Americano e sobre a posição do Uruguai e da América Latina na ordem internacional política e econômica que começava a ganhar forma em cima dos escombros do Muro de Berlim?

Palavras-chave: Revistas culturais; Uruguai; latino-americanismo; MERCOSUL; globalização.

ABSTRACT: The general aim of this article is to contribute with the discussion on the significance of MERCOSUR in the third series of *Cuadernos de Marcha* (CM), a political and cultural publication edited in Uruguay from 1985 to 2001. The analysis, however, should be limited, particularly, to the period that mediates the years 1991 and 1994, when the governments of Brazil, Argentina, Paraguay and Uruguay signed the Treaty of Asunción and the Protocol of Ouro Preto, respectively, establishing the creation of MERCOSUR and the subsequent formalization of its institutional structure. Considering the cultural imaginary, the set of practices and the *ethos* that have contributed to the appearance and the itinerary of this publication, the article sheds light, specifically, on how certain topics of Uruguayan and Latin American essayism arose in the “prose of ideas” developed by the CM over that period. The specific goal of this article is to identify to what extent the critical production of the CM last series was irrigated by the conceptual system stored in the “selective tradition” archives of this publication. In the context of the

¹ Investigador integrado do Instituto de História Contemporânea (IHC), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa - O IHC é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020.

Cold War saturation, the collapse of the Soviet Union and the emergence of liberal eschatologies, with its respective secular millenarianism manifested in the radical preaching about the “end of History”, how this conceptual system informed the critical production of CM about the emergence of the MERCOSUR, and how this conceptual system was used to deal with the new South American geostrategic framework and the position of Uruguay and Latin America in the political and economic international order that was beginning to take shape over the rubble of Berlin Wall?

Keywords: Cultural journals; Uruguay; latinamericanism; MERCOSUR; globalization.

Tal parece que el discurso nacionalista sirve, entre muchas otras cosas, para configurar imágenes, disfraces, relatos, procesos que a la vez ocultan una identidad y construyen otra identidad. Máscaras o maquillajes discursivos, posiciones de enunciación a ser ocupadas por un conjunto de individuos o por un sujeto que, de este modo, se propone como poseedor de un patrimonio, de una historia. Máscara o maquillaje que olvida y encubre otros rostros, otras historias, otras memorias.

(Hugo Achugar, 1994, p. 5)

Neste artigo, proponho o exame de possíveis nexos entre o arielismo, o latino-americanismo nacionalista e a “prosa de ideias” (ANGENOT, 1982, p. 46) dedicada ao MERCOSUL e publicada na terceira época dos *Cuadernos de Marcha* (CM), estritamente no intervalo entre os anos de 1991 e de 1994, procurando abarcar, neste recorte cronológico, os “anos fundadores” do MERCOSUL (i.e., aqueles situados no período que medeia o Tratado de Assunção e o Protocolo de Ouro Preto).² Pretendo analisar, também, o tipo de uso político que se fez do arielismo e do latino-americanismo nessa “prosa de ideias”, tendo como hipótese a existência de um diálogo ativo dos colaboradores dos CM com esses dois segmentos de ideias, uma vez que ambos conceitos foram gerados na estufa da cultura uruguaia e latino-americana do século XX, tendo sido fundamentais na constituição do pensamento que nutriu a concepção de mundo abraçada pela formação intelectual reunida nos CM. Parto do pressuposto de que essa formação intelectual não encarou o arielismo³ e o latino-americanismo, na sua variante de

² Foram selecionados, na revista analisada, textos que buscam condensar o eixo argumentativo deste artigo. Não é ocioso lembrar daquilo que David Bennett observou sobre a operação de leitura de uma revista, pois, enquanto leitores, aqueles que analisam uma revista, ao (re)construírem uma narrativa, selecionam e omitem fragmentos, como o faz igualmente o mero leitor circunstancial: “Parece seguro assumir que poucos números de revistas são lidos *in toto*. A recepção de uma revista emula sua produção editorial: ler, aqui, é uma atividade de seleção e omissão que produz o texto como uma (espacial) colagem ou (temporal) montagem de fragmentos em provisórias e indeterminadas relações. A experiência de leitura de revistas é uma experiência de descontinuidade” (BENNETT apud ROCCA, 2004, p. 4, tradução minha). Assim, mesmo que a escolha de artigos para análise seja devidamente justificada, os nexos que essa seleção produzir serão porventura provisórios e indeterminados, resultantes de uma operação quase sempre não linear.

³ Daniel Balderston, professor de Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana da Universidade de Pittsburgh, define arielismo da seguinte maneira: “Um termo derivado do ensaio de José Enrique Rodó, *Ariel*, publicado em 1900, dirigido para a juventude da América Latina. Evocando o espírito etéreo de *A Tempestade*, de Shakespeare, Rodó consigna que as culturas latinas são luminosas e espiritualistas, em contraste com as culturas materialistas dos países Anglo-saxões (que ele associa com Caliban). O que foi posteriormente designado como *arielismo* é usualmente associado com uma estética fundada no espiritualismo e no elitismo, e, por algum tempo, parece ter definido o papel de destaque a que alguns intelectuais aspiraram, na esperança de serem figuras condutoras do processo de modernização latino-americana, sem macularem-se com o envolvimento político direto.

*Kulturkampf*⁴, como ideias imutáveis e detentoras de um valor intrínseco, como *philosophia perennis*, indiferente aos “intemperismos” da história, mas insistiu na vigência dessas ideias, fazendo, por vezes, dos CM instância atualizadora de “discursos desativados” (SARLO, 2013, p. 28), como aqueles que gravitam em torno do repertório rodoniano, reabilitados com a intenção de afirmar novas tarefas nacional-populistas no contexto de emergência da implacável marcha da globalização. Deve-se notar, no entanto, que a variante do latino-americanismo dominante nos arquivos da “tradição seletiva” dos CM, a vertente que desaguou na posição continentalista e anti-imperialista da publicação uruguaia, radica na primeira lavra desse conceito, considerando a tipologia formulada por Eduardo Mendieta (2006, 2007), ainda que o influxo de outros avatares dessa categoria política e cultural, como o latino-americanismo crítico da terceira variante, também tenha inspirado a leitura que a publicação fez do lugar da América Latina no mundo. Assim, as análises presentes na terceira época dos CM acompanham a deriva do conceito ao longo do tempo, selecionando do manancial eidético daquela “tradição”, mas também das contribuições do devir dessa tradição, aquilo que, adaptado às circunstâncias, poderia iluminar e fortalecer a linha de argumentação a ser defendida.

A terceira época dos *Cuadernos de Marcha*, editada entre 1985 e 2001, teve, no período particular aqui analisado (1991-1994), como diretor e responsável de redação, José Manuel Quijano Capurro e, como secretário de redação, Carlos Vargas Quijano, filho e neto, respectivamente, de Carlos Quijano (1900-1984), morto no exílio, no México, no limiar da transição do Uruguai para a democracia. O conselho editorial foi integrado por: Hugo Achugar, Arturo Ardao, Rodrigo Arocena, Hebert Gatto, María Ester Gilio, Juan Carlos Onetti, María Angélica Petit, Omar Prego, María Teresa Gigena, Judith Sutz, Carmen Tornaría e Ricardo Urioste.⁵ O nome de Carlos Quijano figurou sempre como diretor-fundador, sendo que os três primeiros números foram consagrados a esse notório devoto uruguaio da divisa latina de Pompeu, lema da icônica publicação que fundou, com Julio Castro (1908-1977) e Arturo Ardao (1912-2003), em 1939, o semanário *Marcha*, editado até 1974: “Navigare necesse. Vivere non necesse”. Vale sublinhar que esse alentador dístico atribuído ao general romano, estimado também por Petrarca e Fernando Pessoa, esteve na capa de todos os números da definitiva época dos CM, decisão editorial nada prosaica, pois define, de saída, o traçado de uma linha de

Escritores que ocasionalmente estiveram vinculados com essa tendência foram Alfonso Reyes, Mariano Picón Salas e Pedro Henríquez Ureña. Em Montevideu, um grupo de estudantes batizou-se Ariel e publicou uma revista homônima entre 1919 e 1931; ironicamente, um de seus líderes foi Carlos Quijano, o futuro fundador de *Marcha*, um semanário que abandonou o legado espiritualista de Rodó. Incluem-se entre os críticos do *arielismo* Alberto Zum Felde, José Carlos Mariátegui, Luis Alberto Sánchez, e, mais notoriamente, Roberto Fernández Retamar, cujo *Caliban* (1971) fez uma releitura dialético-materialista de *A Tempestade*, identificando os povos da América Latina com Caliban e seus opressores com Ariel e Próspero.” BALDERSTON, D. *Encyclopedia of Contemporary Latin American and Caribbean Cultures*, 3 vols. New York: Taylor & Francis, 2000, p. 110. (tradução minha)

⁴ Na tipologia proposta por Eduardo Mendieta (2006, 2007), essa foi a primeira variante do latino-americanismo, devendo ser situada nos marcos de duas datas: primeiro, a promulgação da Doutrina Monroe, em 1823; e, segundo, a institucionalização dessa Doutrina, em 1948, com a fundação da Organização dos Estados Americanos (OEA). Esse tipo de latino-americanismo, ademais, deve considerar-se como impactado internamente pela Revolução Mexicana de 1910. Surgiu, em parte, como resposta à Guerra Estados Unidos-México (1848) e à Guerra hispano-estadunidense (1898). Justapôs, por conseguinte, os Estados Unidos e a América Latina nos termos das distintas e opostas perspectivas culturais e espirituais das duas regiões. Enquanto aquela seria grosseira, materialista, utilitária, desprovida de alma e sem raízes culturais, esta seria a verdadeira herdeira do espírito da cultura e da civilização europeia. Esse latino-americanismo foi baseado em uma geopolítica da cultura, e pode-se, portanto, caracterizá-lo corretamente como um latino-americanismo de *Kulturkampf*, tendo confrontado o espírito de uma modernidade imperialista com a promessa de uma forma humanista e pluralista de modernização, que, nas palavras de Pedro Henríquez Ureña, foi consubstanciada na ideia da América Latina como a pátria da justiça.

⁵ Esta nômima foi copiada do número 69, publicado em março de 1992.

continuidade entre momentos distintos de um projeto periodístico. O desaparecimento de Quijano no exílio mexicano, uma figura aglutinadora em torno da qual orbitaram, ao longo de décadas, várias gerações de intelectuais uruguaios e latino-americanos, foi um divisor de águas, tendo gerado fissão. A ausência dessa personalidade galvanizadora e agregadora, o timoneiro das 1616 edições do semanário *Marcha* (ALFARO, 1984, p. 10), fez do surgimento da terceira época dos CM, no 1º aniversário da morte de Quijano no exílio e no 46º aniversário da fundação de *Marcha*, como salienta o número inaugural da última época dos CM (1985, p. 4), o resultado de uma ruptura no campo intelectual uruguaio, pois, concomitantemente, como efeito colateral dessa cisão, apareceu, em Montevidéu, o semanário *Brecha*, como sardonicamente recorda Salvador Neves:

Cuando en 1985 algunos quisieron reanimar el proyecto [*Marcha*], entendieron que necesitaban la autorización de los herederos legales del “Viejo” [Carlos Quijano]. Se reunieron con José Manuel Quijano en el Sorocabana [antigo café em Montevidéu]. Pepe dijo que no y santas pascuas. El semanario que nació el 11 de octubre de 1985 se llamó *Brecha* (NEVES, 2012).

A discussão sobre o socialismo real e sobre o futuro e a renovação da esquerda no cenário mundial e uruguaio foi um tópico persistente. Os direitos humanos, violados incessantemente durante a ditadura uruguaia e a oposição à Lei nº 15.848, designada como Ley de Caducidad de la Potestad Punitiva del Estado, para além do MERCOSUL, da ALCA, do NAFTA e da União Europeia (EU, na sigla em inglês), também foram temas constantes. A reflexão política, por sua vez, foi orientada pelo grupo diretor, constituído por José Manuel Quijano, Mercedes Quijano e Carlos Vargas, reunindo análises de ensaístas, como Alberto Methol Ferré, Martín Posadas, Enrique Rubio, Ricardo Urioste, Heber Gatto, Luis Sabini, Rodrigo Arocena e Aureliano Rodríguez Larreta. As análises feitas por Arturo Ardao, Alberto Methol Ferré e Leopoldo Zea e Aureliano Rodríguez Larreta sobre o processo histórico da integração latino-americana, sobre o passado, o presente e o futuro desse processo, manifestaram-se nas abordagens sobre a região no decurso da globalização. O espaço político-econômico uruguaio foi inscrito, portanto, no espaço América Latina-mundo.

No artigo publicado em julho de 1992, no número 73 dos CM, intitulado “Rodó en Quijano”, Arturo Ardao apresenta considerações críticas sobre a presença intelectual e espiritual de José Enrique Rodó, autor de *Ariel*, nos diversos contextos da trajetória intelectual de Carlos Quijano, com quem fundara, em junho de 1939, ao lado de Julio Castro, o semanário *Marcha*, matriz de variados projetos editoriais, como os CM e a Biblioteca de *Marcha*. Interessa notar como Arturo Ardao, ao citar as palavras do amigo, parece estar a revelar, projetando ideias e entendimento de mundo, a sua própria recepção do pensamento de Rodó: “El Rodó hacia el cual se alzaron con emoción reverencial los ojos de nuestra adolescencia lejana, no es el Rodó que ven los ojos de nuestra madurez. Entre él y nosotros está la vida, hemos dicho. En otros términos el tiempo” (QUIJANO apud ARDAO, 1992, p. 4). Para Ardao, Quijano e praticamente para toda a farândola que formou aquilo que foi designado como “geração de *Marcha*” (SIERRA, 1996, p. 68), o arielismo rodoniano pode ser encarado como discurso instituidor, como narrativa fundante.

Deleuze (1988) detém-se, a propósito, nas relações entre o passado fundante e o presente que o identifica como fato primordial, que nunca se reinicia, mesmo que a repetição seja

tenazmente procurada. A diferença entre esse evento instituidor e a sua repetição é a própria história. A dialética entre a repetição e o novo é que produz não apenas o futuro, mas também a idiosincrasia dessas séries de acontecimentos. A temporalidade é a relação que se cria entre uma forma pura *a priori* e seus conteúdos empíricos – o antes, o durante e o depois e, ainda, o fundante e suas repetições; o passado instituidor atualizado e o futuro como dimensões do presente, o devir-presente, síntese do tempo.

Convencionou-se dividir em três etapas, basicamente, a valoração crítica, uruguaia e continental, de Rodó, divisão, aliás, que coincide, rigorosamente, com os períodos em que a presença do autor de *Ariel* se delineia em Quijano. Três períodos distinguem-se com nitidez, de acordo com Ardao, no traçado da presença de Rodó em Quijano:

[...] el de la fervorosa devoción adolescente y juvenil exteriorizada entre 1917 y 1925, con escenario principal en el *Centro Ariel* y su revista; el de la desencantada revisión, a la hora de la segunda juventud, desde París, 1927; el del maduro retorno, mantenido hasta el final de su larga existencia (ARDAO, 1992, p. 3).

A primeira daquelas etapas foi de praticamente incontestável deslumbramento e celebração da obra de Rodó, tendo *Ariel*, sobretudo, como referência, culminando apoteoticamente quando ocorre, em Palermo, o desaparecimento do Maestro, em 1917, e a repatriação de seus restos mortais, em 1920. A segunda, de manifestação de uma tendência – sempre minoritária, mas com evidente repercussão – que foi, primeiramente, de revisão reticente e, posteriormente, de franca negação, quando não de diatribe, que se inicia na segunda metade da década de 1920. A terceira, por fim, de predominante revalorização positiva e inclusivamente de renovada admiração e exaltação, que começa a se definir quando se completaria o cinquentenário de *Ariel*, em 1950, e termina entre os episódios do cinquentenário de sua morte, em 1967, e o centenário de seu nascimento, em 1971. No pensamento de Carlos Quijano, o arielismo rodoniano, tributário do “latino-americanismo de *Kulturkampf*”, isto é, aquele que opõe Estados Unidos e América Latina nos termos das distintas e opostas perspectivas culturais e espirituais das duas regiões, expressou-se, fundamentalmente, como unidade humanista latino-americana e como anti-imperialismo.

A recepção do pensamento de Rodó em Quijano e em Ardao não foi diferente daquela que se traduziu na “prosa de ideias” da terceira época dos CM. Atua(instrumenta)lizando um discurso fundante desativado, como a formação intelectual reunida nos CM entendeu, no contexto pós-ditatorial, o surgimento de um projeto intergovernamental de integração regional, particularmente da região do Cone Sul?

O Tratado de Assunção, firmado em 26 de março de 1991, entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, instituiu o MERCOSUL. No mesmo mês, com o desenrolar da Primeira Guerra do Golfo, o Iraque era atacado pela coalização de forças de países ocidentais liderados pelos Estados Unidos. Ambos os eventos, embora radicalmente diferentes, inscreveram-se no contexto imediatamente posterior ao término da Guerra Fria e ao colapso da União Soviética. Tanto a atomização produzida pela guerra, como o “horizonte de expectativas” (KOSELLECK, 2006, p. 305-327) que estimulou o projeto de integração intergovernamental dos países do Cone Sul foram concomitantes à emergência das escatologias liberais, com seu milenarismo laico manifesto na radical pregação sobre o “fim da História”.

O triunfo do Bloco Ocidental no desfecho da Guerra Fria e a correspondente supremacia da ideologia liberal foram seguidos pelo robustecimento da globalização econômico-financeira, ao passo que a voragem das forças do mercado, insufladas pela nova ordem emergente, promovia a corrosão dos Estados nacionais, ou, mais precisamente, das concepções keynesianas do Estado do Bem-Estar, que, nos trinta anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, alavancou a recuperação da economia europeia. O combate aos postulados keynesianos tencionava minar, justamente, a intervenção e a regulação estatais nas questões econômicas, estimulando a formação de grandes blocos regionais, como o MERCOSUL.

Na América Latina, a crise regional no decurso dos anos oitenta marcou o esgotamento do modelo de crescimento baseado na substituição de importações, no protagonismo da ação pública, no protecionismo econômico etc. Esse modelo, vigente desde o pós-guerra, bem como os mecanismos e relações que o sustentavam, foram abalados. Enquanto a atuação do Estado e o protecionismo eram contestados, a abertura, a privatização e a desregulamentação das economias em desenvolvimento eram declaradas condições necessárias para que as nações em desenvolvimento pudessem ser integradas às novas tendências da economia mundial, beneficiando-se das vantagens do nascente padrão de acumulação, o que garantiria uma era de crescimento sustentável. A derrocada do socialismo real e da utopia que inaugurou o século XX, resultante do ocaso do Bloco do Leste, esteve nas bases dessa transição, não delimitada, no entanto, à economia, com desdobramentos políticos extremamente significativos. Robustecia-se no Ocidente, e na América Latina, um movimento que se vinha germinando desde meados dos anos setenta, na antessala, portanto, da Perestroika e da Glasnost, movimento que foi sintetizado na expressão “virada liberal da esquerda” (RIMBERT, 2012, p. 10-11). Nos CM, Antonio Gutiérrez Perez, neste contexto histórico de turbulências, reconhece a necessidade de um esforço teórico capaz de definir a abrangência e as consequências das mudanças em curso, seus efeitos no Uruguai, mas, sobretudo, capaz de suscitar a reflexão sobre as modalidades de crescimento e de inserção dos países latino-americanos nas cadeias de produção do comércio mundial:

Los últimos años se han caracterizado por profundas transformaciones en todos los ámbitos de la vida económica, política y social. La magnitud y densidad de la reestructuración es tal que se sustenta en acontecimientos no previstos por ninguna de las escuelas del pensamiento económico social – como el derrumbe del llamado socialismo real y de la utopía con la que nació el siglo XX – generando con ello escenarios e iniciativas impensables hace unos años. Los procesos de globalización y de integración presentes en las dinámicas económicas internacionales son parte activa y central de esas mutaciones. Ellos obligan a un esfuerzo teórico para definir sus alcances y límites, así como a repensar las formas de crecimiento y de inserción de nuestro país y las naciones latinoamericanas en el mercado mundial (PEREZ, 1992, p. 10).

No âmbito nacional e regional, sem agentes sociais organizados e capazes de impor resistências na correlação de forças dos conflitos políticos e sociais, o ímpeto das potências do mercado, acirrado pelo momento de fragilidade do socialismo, fez com que as próprias noções de fronteira e territorialidade entrassem em crise: “[...] la validez misma de la variable geopolítica y de la integridad regional deviene en crisis en el proceso de reconfiguración de las fronteras y de las categorías discretas, orgánicas, de la territorialidad ligadas históricamente a la formación de los estados nacionales” (RAMOS, 2000, p. 193). Ora, essa deterioração de noções

essenciais na constituição do sujeito histórico moderno, além da propensão niveladora da globalização, o regime de “compenetração mútua” temido pelo criador da Antropologia Estrutural (LÉVI-STRAUSS; MORTAIGNE, 2005), instigou supostos atavismos:

Ante cualquier postura celebratoria de tal aplanamiento globalizador, no es casual que proliferen las postulaciones esencialistas y nostálgicas de lo local y lo particular; proliferación incluso de nuevas posiciones regionalistas que en el caso latinoamericano bien pueden nutrirse del arsenal retórico y posiciones de sujeto elaboradas por el latinoamericanismo vernáculo [...] (RAMOS, 2000, p. 197).

Desde o Uruguai, cuja posição geopolítica e diminuta extensão territorial precipitavam o país platino no vórtice dessa transição, já que eram atributos parcialmente determinantes da inserção uruguaia no novo sistema internacional em formação, o estabelecimento do MERCOSUL, “la apuesta nacional” na definição do diretor dos CM (QUIJANO, 1991, p. 17), incentivou a elaboração de um número extraordinário, especialmente dedicado ao incipiente projeto de integração intergovernamental. Logo de início, a publicação expressou o modo como interpretava o acontecimento: “[...] este es un hecho de gran trascendencia en la historia del país, en donde se juega nuestro destino como nación” (PRESENTACIÓN, 1992). Passados dois anos, a publicação, pela via da análise de um jornalista hispano-uruguaio especializado em assuntos internacionais e integração regional, refletia sobre as virtualidades e mudanças decorrentes do fim da Guerra Fria:

El inesperado escenario mundial de la postguerra fría, aun dentro de su inicial perplejidad y desorientación, no ha dejado de producir algunas realizaciones estratégicas que miran hacia el mundo del futuro y buscan prefigurar el orden internacional del siglo XXI (LARRETA, 1994, p. 5).

No entendimento de Aureliano Rodríguez Larreta, o MERCOSUL estaria: “Entre aquellas realizaciones estratégicas con proyección a un futuro orden de relaciones internacionales [...]” (LARRETA, 1994, p. 5). Junto com o bloco regional instituído pelo Tratado de Assunção, Larreta forma uma tríade, constituída, ainda, pela União Europeia e pelo NAFTA, cada qual à sua maneira identificado com as realizações estratégicas espoletadas pela mutação no sistema internacional. A comparação dos componentes dessa trindade é formulada em termos que aproximam os dois primeiros, MERCOSUL e EU, e, sublinhando o conflito ideológico entre o primeiro e o terceiro, MERCOSUL e NAFTA, evoca, talvez inadvertidamente, a polaridade característica do arielismo rodoniano:

[...] el primero [MERCOSUL] contiene la opción uruguaya en materia de integración; el segundo [EU] representa el paradigmático modelo al que conduce el camino iniciado por el MERCOSUR; y el tercero [NAFTA] supone la opción nortea y librecambista, que suele oponerse ideológicamente a la línea de raíz histórica latinoamericana en que se inspira el proyecto mercosureño (LARRETA, 1994, p. 5).

Três meses depois do número especial consagrado ao MERCOSUL, a circulação do septuagésimo terceiro e do septuagésimo quarto números carregou outro significado para além da trivialidade contida na manutenção da regular periodicidade da publicação. Reproduziram-se passagens da famosa polêmica, “El destino nacional y la universidad”, ocorrida no último quartel do século XIX, no Club Universitario, entre José Pedro Varela (1845-1889) e Carlos María Ramírez (1847-1898). O embate entre o espiritualismo e o materialismo evolucionista foi crucial nessa polêmica. Regressando de uma passagem pelos Estados Unidos, Varela, “pró-anglo-saxão”, tornou-se efusivo defensor de ideias darwinistas e spencerianas contra o racionalismo metafísico e espiritualista hegemônico na universidade. Como representante do “gremio de los doctores”, Ramírez acusava Varela de ser fiel à ditadura de Lorenzo Latorre. Esses excertos da polêmica entre Varela e Ramírez foram republicados na subseção “El problema de la nación: clásicos uruguayos”, integrada no segmento previamente existente consagrado ao MERCOSUL.

Como quer que seja, apesar do grande interesse desse debate, analisado brilhantemente, alhures e em outro momento, por um destacado integrante dos CM, Arturo Ardao (1965, p. VII-XXXIX), o que importa notar no contexto em que foi enunciado nos CM, por meio da republicação de fragmentos, não tem exatamente que ver com a função social da universidade ou com outros temas que dividiram esses dois interlocutores durante a formação do Estado nacional uruguaio. Interessa, antes de mais, observar como os CM justificaram a reprodução dessa polêmica. Por meio da divulgação de trechos desses textos, “*Cuadernos de Marcha* pretende recuperar lo mejor de nuestra historia – sin pasión y sin divisa – para pensar con claridad el gran desafío del futuro: proyectar nuestra nación dentro del nuevo marco del Mercosur, y en un mundo cada día más interdependiente” (EL PROBLEMA DE LA NACIÓN, 1992, p. 17). A presença do passado, ou melhor, daquilo que o passado retém na atualidade, ou mais precisamente daquilo que se ambiciona reter do passado, foi, portanto, o que motivou essa subseção sobre a nacionalidade na história, tema pensado e enunciado sob a influência da globalização, sugerindo uma série de indagações à formação intelectual agrupada nos CM, entre as quais:

¿Cómo se redefine la nacionalidad al pasar a ser parte de un bloque de países?
 ¿Cómo se construye y proyecta una nación pequeña como la nuestra en el horizonte de interdependencia de la “aldea global”? ¿Estas tendencias conducirán sin remedio a la desaparición de las naciones? ¿Se fortalecerán algunas y desaparecerán otras? (EL PROBLEMA DE LA NACIÓN, 1992, p. 17)

Na medida em que as revistas político-culturais, como os CM, são uma das “armatures essentielles du champ intellectuel”, um “vivier intellectuel”, como propôs François Dosse (2003, p. 52-53), para pensar aquilo que é consignado nos textos que publicam, convém ter em conta outro dos atributos que as definem, ou seja, a faculdade de reunir intelectuais dispostos a intervir nos debates públicos, tanto estéticos, como ideológicos, qualidade que as torna um “lugar por antonomásia da ação política e cultural dos intelectuais” (CRESPO, 2017). Assim, diante daquela série de inquietações sobre as perspectivas da nacionalidade uruguaia no desenrolar do processo histórico que favoreceu o aparecimento da “aldea global”, como foram situados os intelectuais que integravam os CM? Ora, uma formação intelectual reúne, como sugeriu Raymond Williams, produtores de cultura que compartilham um “corpo de práticas ou um *ethos* que os distinguem” (WILLIAMS, 1999, p. 140). Nas revistas político-culturais, como os CM, essas formações constroem identidades coletivas autoatribuídas. Ao escrever sobre o

Uruguai e o MERCOSUL, Alberto Methol Ferré aferra-se na função social dos intelectuais como sentinelas e intérpretes: “El desafío entonces va más allá de los empresarios, afecta a todos. Pero en particular a los ‘intelectuales’, en tanto pueden ser antenas sensibles y anticipativas, vigías sintetizadores, de una determinada sociedad o nación” (FERRÉ, 1993, p. 24).

Reivindicando uma representação em crise, isto é, aquela baseada na concepção romântica de Victor Hugo segundo a qual o intelectual tem “cargos d’almas” em razão da putativa responsabilidade social e política que caracteriza a condição ontológica dos produtores e intérpretes da cultura, Methol Ferré reafirma, nas análises que apresenta nos CM sobre o MERCOSUL, publicadas entre 1991 e 1994, novas tarefas nacional-populistas no contexto de emergência da globalização, ora atualizando discursos desativados, ora abrindo novos caminhos para ideias vigentes, mas não atemporais, como o latino-americanismo. Deter-me-ei, no entanto, em momentos da análise de Methol Ferré.

Os nexos de sentido entre o arielismo, o latino-americanismo e a “prosa de ideias” dedicada ao MERCOSUL presente em parte da terceira época dos CM, manifestos no período entre 1991 e 1994, podem ser verificados, sobretudo, na afirmação de uma autoconsciência histórica nacionalista, ao passo que definitivamente latino-americanista. Methol Ferré reivindica um discurso fundante inscrito no extenso tempo histórico, no transcurso de todo o século XX, para destituir o surgimento do MERCOSUL do caráter meramente conjuntural e prioritariamente econômico: “El MERCOSUR nace no sólo argentino-brasileño, sino resultado de un largo proceso de ‘latinoamericanización’” (FERRÉ, 1993, p. 24). Assumindo que as “conciencias históricas nacionales” dos países do Cone Sul formaram-se mais pelo conflito do que pela solidariedade, Methol Ferré supunha que a globalização colocava em questão, para esses países, todas as formas estereotipadas de sua consciência nacional, exigindo-lhes um novo “revisionismo histórico” do maior alcance, radicalidade e importância imaginável. Tal “revisionismo histórico” implicava o reconhecimento da figura de Rodó, entre uma plêiade de fundadores do latino-americanismo, como *primus inter pares* de diferentes gerações que construíram uma autoconsciência histórica latino-americanista, condição imprescindível para a consolidação do MERCOSUL e o conseqüente fortalecimento da autodeterminação de cada unidade nacional latino-americana:

La primera es la reconocida generación del 900, con el uruguayo Rodó, el argentino Manuel Ugarte, el peruano García Calderón, el venezolano Blanco Fombona, el brasileiro Oliveira Lima, el mexicano Carlos Pereira, el nicaragüense Ruben Darío, etcétera [...] Hay como una “fundación” de una autoconsciencia histórica de escala latinoamericana. Y como es obvio, en una gran convergencia, divergencias. La convergencia es salirse de la fragmentación de cada país por separado (FERRÉ, 1993, p. 24).

Mesmo que algumas das tópicas fundadoras do latino-americanismo parecessem pertencer irremediavelmente ao passado, lavadas pelo tempo, recobertas de areia, podiam afirmar, se reativadas, a permanência de valores que, contra tudo e todos, resistem ao desaparecimento, como aconteceu com o arielismo, ressignificado por esse “revisionismo histórico” defendido por Methol Ferré e incorporado por figuras tutelares dos CM na derradeira época da publicação uruguaia, revigorando a autoconsciência histórica latino-americanista e o correspondente apelo à integração. Reinventado, revestido de novos sentidos,

mas sempre anti-imperialista, um conceito gerado na estufa da cultura liberal uruguaia, a montante do primeiro governo de José Battle y Ordonez, o arielismo rodoniano irrigou o nacionalismo latino-americanista brandido na terceira época dos CM. Quase uma década depois de sublinhar “una autoconsciencia histórica de escala latinoamericana” fundada pelo “Maestro de la juventud”, o mesmo Methol Ferré continuou a pregar “la importancia del propio Rodó en la génesis del Mercosur” (FERRÉ, 2002, p. 40).

Evocando a passagem em epígrafe, sobre as operações discursivas mobilizadas pelo conceito de nacionalismo, sobre a ênfase e sobre o esquecimento, isto é, sobre as estratégias que plasmam o modo de enunciar e explorar as potencialidades e fragilidades de um conceito, pode-se pensar, com Achugar, ainda, e de maneira análoga, no arielismo e no latino-americanismo postulados pelos CM, como ideias pertencentes a “un repertorio discursivo (podría decir también una formación discursiva o un archivo discursivo) al que los sujetos o enunciadores recurrirían en determinadas circunstancias” (ACHUGAR, 1994, p. 5). Entre a agonia de um tempo, a Guerra Fria, e a aurora de outro, a nova ordem mundial, o “fim da história” e a globalização neoliberal, a produção crítica sobre o MERCOSUL enunciada nos CM, a reflexão sobre o lugar do Uruguai no mundo e sobre a região no cenário internacional que se descortinava, esquadrinhou conceitos armazenados nos arquivos da “tradição seletiva” dessa publicação por forma a esmaecer renitências, reações e tonificar o histórico processo de integração regional, acalentado não apenas no contexto de circulação da conclusiva época dos CM, mas também por todas as anteriores personificações da empresa periodística, política e cultural, fundada, em 1939, por Carlos Quijano, Arturo Ardao e Julio Castro, o semanário *Marcha*.

Referências

- ACHUGAR, H. A propósito del nacionalismo y el olvido. Apuntes sobre el discurso nacional en América Latina, *Cuadernos de Marcha*, Montevideo, año IX, nº 13, pp. 5-9, 1994.
- ALFARO, H. *Navegar es preciso*. Montevideo: Banda Oriental, 1984.
- ANGENOT, M. *La parole pamphlétaire*. Typologie des discours modernes. Paris: Payot, 1982.
- ARDAO, A. Prólogo. In: VARELA, J. P.; RAMIREZ, C. M. *El destino nacional y la universidad: polémica* (tomo I). Montevideo: Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social, 1965.
- ARDAO, A. Rodó en Quijano, *Cuadernos de Marcha*, Montevideo, año VII, nº 73, pp. 3-4, 1992.
- BALDERSTON, D. *Encyclopedia of Contemporary Latin American and Caribbean Cultures*, 3 vols. New York: Taylor & Francis, 2000.
- CRESPO, R. As revistas latino-americanas como objetos de investigação histórico-cultural. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/docview/67/56649352/#file=/storage/67/56649352/56649352.pdf>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.
- DELEUZE, G. *Diferença e repetição*. São Paulo: Graal, 1988.
- DOSSE, F. *La marche des idées: Histoire des intellectuels, histoire intellectuelle*. Paris: Éditions La Découverte, 2003.

- FERRÉ, A. M. Una Autoconsciencia histórica a la altura del Mercosur, *Cuadernos de Marcha*, Montevideo, año IX, n° 89, pp. 23-26, 1993.
- FERRÉ, A. M. Del arielismo al Mercosur. In: ZEA, L. & TABOADA, H. (Comp.). *Arielismo y globalización*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- INTRODUCCIÓN, *Cuadernos de Marcha*, Montevideo, año I, n° 1, pp. 3-4, 1985.
- KOSELLECK, R. Espaço de experiência e horizonte de expectativa. In: KOSELLECK, R. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006, pp. 305-327.
- LARRETA, A. R. La Unión Europea apuesta al 2000, *Cuadernos de Marcha*, Montevideo, año IX, n° 91, pp. 5-8, 1994.
- LÉVI-STRAUSS, C.; MORTAIGNE, V. *Loin do Brésil: entretien avec Véronique Mortaigne*. Paris: Chandeigne, 2005.
- MENDIETA, E. Ni orientalismo ni occidentalismo: Edward W. Said y el latinoamericanismo, *Tabula Rasa*, Bogotá, n° 5, pp. 67-83, 2006.
- MENDIETA, E. *Global fragments: globalization, Latinamericanisms, and critical theory*. Albany: State University of New York Press, 2007.
- NEVES, S. Saliendo del astillero, *Brecha*, Montevideo, edición 1410, 29 de noviembre de 2012.
- PEREZ, A. G. Estado nacional y globalización económica, *Cuadernos de Marcha*, Montevideo, año VII, n° 71, pp. 10-12, 1992.
- PRESENTACIÓN, *Cuadernos de Marcha*, Montevideo, año VII, número extraordinario, 1992.
- QUIJANO, J. M. Mercosur: la apuesta nacional, *Cuadernos de Marcha*, Montevideo, año 7, n° 60, pp. 17-20, 1991.
- RAMOS, J. Genealogías de la moral latinoamericanista: el cuerpo y la deuda de Flora Tristán. In: MORAÑA, M. *Nuevas perspectivas desde, sobre América Latina: el desafío de los estudios culturales*. Santiago, CH: Editorial Cuarto Propio, 2000.
- RIMBERT, P. A história não se repete, *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, Instituto Pólis, ano 5, n° 57, pp. 10-11, 2012.
- ROCCA, P. Por qué, para qué una revista (Sobre su naturaleza y su función en el campo cultural latinoamericano), *Hispanica*, año XXXIII, n° 99, pp. 3-19, 2004.
- SARLO, B. Los intelectuales, la tierra fértil del kirchnerismo, *Cuadernos de Literatura*, vol. XVII, n° 33, pp. 18-33, 2013.
- SIERRA, C. El ensayo en la historia cultural del Uruguay: Angel Rama, *Caravelle*. Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien, Toulouse, n° 66, pp. 63-73, 1996.
- EL PROBLEMA DE LA NACIÓN: clásicos uruguayos, *Cuadernos de Marcha*, Montevideo, año VII, n° 73, pp. 17-19, 1992.
- WILLIAMS, R. A fração Bloomsbury, *Plural*; Sociologia, USP, S. Paulo, n° 6, pp. 139-168, 1999.

Recebido em: 01/12/2020

Aceito em: 30/01/2021